

Artur de Brito Gueiros Souza
Carlos Eduardo Adriano Japiassú

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

3ª Edição



tirant
to blanch

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de

Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da

Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

S713 Souza, Artur de Brito Gueiros

**Direito penal : parte geral / Artur de Brito Gueiros
Souza, Carlos Eduardo Adriano Japiassú. - 3.ed. -
São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023.**

682 p.

ISBN: 978-65-5908-444-9.

1.Direito. 2. Direito penal. I. Título.

CDU: 343.2

Bibliotecária Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2022-10-29-635d7c1f383d2

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei n° 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n°9.610/98).



**tirant
lo blanch**

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
tirant.com/br - editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
APRESENTAÇÃO DOS AUTORES	11
OS AUTORES	13
<i>Artur de Brito Gueiros Souza e Carlos Eduardo Adriano Japiassú</i>	

CAPÍTULO I

QUESTÕES FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	37
1. O conceito de direito penal.....	37
2. Delimitações terminológicas.....	37
3. Características gerais do direito penal.....	40
4. Finalidade e legitimidade do direito penal.....	40
5. Tendências contemporâneas	43
6. A ciência conjunta do direito penal	45
6.1. A ciência do direito penal ou dogmática jurídico-penal.....	46
6.2. Método do estudo do direito penal	46
6.3. A política criminal	47
6.4. A criminologia.....	48
6.5. A necessária integração entre direito penal e criminologia	50
7. Direito da execução penal	51
8. As ciências auxiliares	52

CAPÍTULO II

HISTÓRIA GERAL DO DIREITO PENAL	53
1. Considerações gerais.....	53
2. Direito penal da antiguidade.....	54
3. Direito penal na idade média	55
4. A modernidade e o surgimento da prisão como pena	57
5. O período reformador.....	60
5.1. A ilustração e Cesare Beccaria	61
5.2. A influência de John Howard.....	62
5.3. Jeremy Bentham e o panóptico	63
6. A escola clássica do direito penal	65
(1) Método essencialmente especulativo.....	65
(2) Imputabilidade baseada sobre o livre-arbítrio e a culpabilidade moral	65
(3) Delito como ente jurídico e violação de direito subjetivo.....	66
(4) Pena como meio de tutela jurídica.....	66
7. A Escola Positiva Italiana.....	66

(1) Método experimental.....	67
(2) Responsabilidade social derivada do determinismo e <i>temibilidade</i> do delinquente.....	68
(3) Delito como fenômeno natural e social produzido pelo homem.....	68
(4) A pena como meio de defesa social.....	68
8. Escolas e tendências do Século XX.....	69
(1) Tendência unitária.....	71
(2) Recrudescimento dos estudos filosófico-penais.....	71

CAPÍTULO III

HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	74
1. Considerações gerais.....	74
2. O Brasil Colonial.....	74
3. O código criminal de 1830.....	78
4. O direito penal da primeira república.....	84
5. O código penal de 1940.....	87
6. O movimento de reforma penal.....	89
7. O direito penal do Século XXI.....	92

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL.....	97
1. Considerações gerais.....	97
2. Princípio da culpabilidade.....	98
3. Princípio da lesividade ou da ofensividade.....	99
4. Princípio da humanidade ou da humanização da pena.....	100
5. Outros princípios fundamentais do direito penal.....	101
5.1. Princípio da dignidade humana.....	101
5.2. Princípio da intervenção mínima (<i>ultimum remedium</i> ou <i>ultima ratio</i>).....	102
5.3. Princípio da fragmentariedade e da subsidiariedade.....	102
5.4. Princípio da insignificância.....	102
5.5. Princípio da proporcionalidade.....	103
5.6. Princípio da individualização da pena.....	104
5.7. Princípio da adequação social.....	105

CAPÍTULO V

TEORIA GERAL DA LEI PENAL.....	107
1. Considerações gerais.....	107
2. Estrutura da lei penal.....	107
3. Classificação das normas penais.....	108
4. Peculiar técnica legislativa.....	109
5. Fontes da norma penal.....	109
6. Princípio da legalidade.....	110

(A) Proibição da analogia.....	114
(B) Proibição da utilização do costume para fundamentar ou agravar a pena.....	114
(C) Proibição da retroatividade da lei penal	114
(D) Proibição de incriminações vagas e indeterminadas	114
7. Analogia.....	115
8. Costume	116
9. Jurisprudência.....	117
10. Princípios gerais do direito	117
11. Interpretação da lei penal	118
11.1. Interpretação: classificações.....	118
11.2. A questão da interpretação analógica.....	121
11.3. A regra do <i>in dubio pro reo</i>	122

CAPÍTULO VI

LEI PENAL NO TEMPO..... 123

1. Considerações gerais.....	123
1.1. Conflitos da lei penal no tempo	124
(A) <i>Novatio legis</i> incriminadora	125
(B) <i>Abolitio criminis</i>	125
(C) <i>Novatio legis in mellius</i>	126
(D) <i>Novatio legis in pejus</i>	126
1.2. Lei intermediária.....	127
1.3. A controvérsia da combinação de leis	128
1.4. Lei excepcional ou temporária.....	131
1.5. Lei penal em branco.....	132
1.6. Tempo do crime.....	135
1.7. Contagem dos prazos do direito penal	137

CAPÍTULO VII

LEI PENAL NO ESPAÇO 139

1. Considerações gerais.....	139
(A) Princípio da territorialidade.....	140
(B) Princípio da personalidade ou da nacionalidade	140
(C) Princípio da defesa ou real ou de proteção	140
(D) Princípio da justiça universal.....	141
(E) Princípio da representação ou da bandeira	141
2. Território nacional e sua extensão	141
(A) Aeronaves e embarcações públicas onde quer que se encontrem	142
(B) Aeronaves e embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada que estiverem em alto-mar ou no espaço aéreo correspondente.....	143

(C) Aeronaves e embarcações estrangeiras privadas que se acharem dentro do território nacional brasileiro.....	143
3. Lugar do delito e delitos a distância.....	144
4. Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	145
4.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	146
(A) Crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República.....	146
(B) Crimes contra o patrimônio ou a fé pública de pessoas jurídicas de direito público.....	146
(C) Crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço.....	147
(D) Crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.....	147
4.2. Extraterritorialidade condicionada.....	148
(A) Crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.....	148
(B) Crimes praticados por brasileiros no estrangeiro.....	148
(C) Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, e aí não tenham sido julgados.....	148
(D) Crimes praticados por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil.....	149
4.3. Requisitos para a aplicação extraterritorial da lei penal brasileira.....	149
(A) Entrar o agente no território nacional.....	149
(B) Ser o fato punível também no país em que foi praticado.....	150
(C) Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.....	150
(D) Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro, ou não ter aí cumprido pena.....	150
(E) Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.....	151
(F) Não ser pedida ou ser denegada a extradição se houver requisição do Ministro da Justiça.....	151
5. Pena cumprida no estrangeiro.....	152
6. Eficácia da sentença penal estrangeira.....	153
7. Transferência de condenados entre países.....	154
8. Direito de extradição.....	156
8.1. Extradição: classificações.....	157
8.2. Requisitos para a extradição.....	159
9. O tribunal penal internacional.....	161
10. Limites à aplicação da lei penal em relação às pessoas: imunidade diplomática e imunidade parlamentar.....	165
10.1. Imunidades diplomáticas.....	166
10.2. Imunidades parlamentares.....	168
(A) Imunidade material ou penal.....	168
(B) Imunidade formal ou processual.....	169

CAPÍTULO VIII

CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS	170
1. Considerações gerais.....	170
2. Critérios de solução do conflito aparente de normas.....	172
2.1. Princípio da especialidade	172
2.2. Princípio da subsidiariedade.....	173
2.3. Princípio da consunção ou absorção.....	174

CAPÍTULO IX

TEORIA GERAL DO CRIME.....	176
1. Considerações gerais.....	176
2. Método da teoria do crime.....	177
3. Desenvolvimento da teoria do crime.....	178
3.1. As construções da teoria do crime a partir do Século XX.....	180
3.1.1. O naturalismo (conceito clássico de delito)	181
3.1.2. O neokantismo (conceito neoclássico de delito)	183
3.1.3. A perspectiva totalizadora (a Escola de Kiel)	185
3.1.4. O finalismo	185
3.1.5. As correntes funcionalistas	188
A) O funcionalismo de Roxin e Schönemann	188
B) O funcionalismo de Jakobs	189
4. Sujeitos do crime.....	191
4.1. Sujeito ativo.....	191
4.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	192
4.3. Sujeito passivo	198
5. Objeto do crime.....	198
6. Objeto material.....	199
7. Classificações do crime.....	199
(A) Ilícito penal e ilícito civil	199
(B) Crime ou delito e contravenção penal.....	200
(C) Crime doloso, culposo ou preterdoloso	200
(D) Crime consumado e crime tentado	201
(E) Crime comissivo, omissivo ou comissivo por omissão	201
(F) Crime instantâneo, permanente ou instantâneo de efeitos permanentes	201
(G) Crime de dano e crime de perigo (concreto ou abstrato)	202
(H) Crime material, formal ou de mera conduta.....	202
(I) Crime unissubjetivo e crime plurissubjetivo.....	203
(J) Crime unissubsistente e crime plurissubsistente.....	203
(K) Crime comum, próprio ou de mão própria.....	203

CAPÍTULO X

TEORIA DA CONDUTA	205
1. Considerações gerais.....	205
2. Funções da teoria da conduta.....	206
(1) Função de Classificação.....	206
(2) Função de Definição (de enlace ou união).....	206
(3) Função de Delimitação (ou de exclusão de indiferentes penais).....	206
3. Teorias da conduta	207
(A) Conceito causal de conduta	207
(B) Conceito final de conduta.....	210
(C) Conceito social de conduta.....	212
(D) Conceito negativo de conduta.....	213
(E) Conceito significativo de conduta.....	214
(F) Conceito pessoal de conduta (a manifestação do “eu”)	215
4. Modalidades de conduta	216
4.1 Ação	216
4.2 Omissão.....	216
4.2.1. Omissão própria.....	217
4.2.2. Omissão imprópria.....	217
5. Ausência de conduta	217
5.1. Coação física irresistível	218
5.2. Atos reflexos.....	219
5.3. Estados de inconsciência.....	219
6. Resultado.....	220
6.1. Resultado jurídico.....	220
6.2. Resultado material	220

CAPÍTULO XI

CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA	222
1. Considerações gerais.....	222
2. A teoria da equivalência dos antecedentes.....	223
3. A teoria da causalidade adequada	225
4. Da superveniência causal.....	227
(A) Concausa absolutamente independente preexistente	227
(B) Concausa absolutamente independente concomitante	228
(C) Concausa absolutamente independente superveniente.....	228
(D) Concausa relativamente independente preexistente	228
(E) Concausa relativamente independente concomitante.....	228
(F) Concausa relativamente independente superveniente.....	228

5. Da causalidade adequada para a teoria da imputação objetiva.....	230
(A) Exclusão da imputação no caso de diminuição de risco.....	232
(B) Exclusão da imputação ante a falta da criação de perigo	232
(C) Exclusão da imputação fora do âmbito de proteção da norma.....	233
6. A teoria dos papéis (Jakobs)	234
7. A causalidade da omissão	234

CAPÍTULO XII

TEORIA DO TIPO DOLOSO	235
1. Considerações gerais.....	235
2. Funções da teoria do tipo	235
3. Tipo penal e bem jurídico	236
4. Evolução do tipo como elemento do delito	237
(A) Tipo objetivado e livre de valor.....	237
(B) O descobrimento do tipo subjetivo.....	237
(C) O caráter valorativo do tipo.....	238
(D) Mezger e o tipo como <i>ratio essendi</i> da antijuridicidade.....	239
(E) Teoria dos elementos negativos do tipo	240
(F) O Finalismo.....	240
(G) O Funcionalismo	241
5. Tipicidade penal.....	241
(A) Adequação típica imediata	241
(B) Adequação típica mediata	242
6. Classificações do tipo penal	242
(A) Tipo fechado e tipo aberto.....	242
(B) Tipo básico e tipo derivado.....	243
(C) Tipo simples e tipo de conduta variada (ou tipo misto) alternativa ou cumulativa.....	243
7. Elementos do tipo objetivo	243
7.1. Elementos descritivos.....	243
7.2. Elementos normativos.....	244
8. Elementos do tipo subjetivo	244
8.1. O dolo como elemento subjetivo geral	244
(A) Aspecto cognitivo do dolo	244
(B) Aspecto volitivo do dolo	245
8.2. Espécies de dolo.....	245
8.2.1. Dolo direto de primeiro grau.....	245
8.2.2. Dolo direto de segundo grau	246
8.2.3. Dolo eventual	246
8.2.4. Dolo e a teoria da cegueira ou ignorância deliberada.....	247

9. Elemento subjetivo do tipo	250
(A) Delitos de intenção.....	251
(B) Delitos de tendência.....	251
(C) Delitos de atitude.....	251

CAPÍTULO XIII

TEORIA DO TIPO CULPOSO.....	252
1. Considerações gerais.....	252
2. Elementos do crime culposo.....	253
2.1. Conduta lícita ou penalmente indiferente	253
2.2. Previsibilidade.....	254
2.3. Inobservância das normas de atenção, cuidado ou diligência.....	255
(A) Imprudência.....	255
(B) Negligência.....	255
(C) Imperícia.....	255
2.4. Resultado	256
3. Espécies da culpa.....	256
4. Culpa imprópria	257
5. Dolo eventual e culpa consciente.....	257
5.1. Teorias cognitivas	258
(A) Teoria da possibilidade.....	258
(B) Teoria da probabilidade	258
5.2. Teorias volitivas.....	258
(A) Teoria do consentimento ou da assunção	258
(B) Teoria da indiferença	258
(C) As (casuísticas) “fórmulas de Frank”	259
5.3. Síntese reflexiva.....	259
6. Concorrência e compensação de culpa	260

CAPÍTULO XIV

TEORIA DO TIPO OMISSIVO	261
1. Considerações gerais.....	261
2. A causalidade na omissão	263
3. Tipos omissivos próprios	264
4. Tipos omissivos impróprios.....	266
5. A posição de garantidor.....	267
5.1. A lei como fonte da posição de garantidor.....	268
5.2. A assunção voluntária da posição de garantidor.....	269
5.3. O princípio da ingerência	270
6. A teoria do domínio sobre a fonte de perigo.....	270

7. Particularidades da omissão imprópria	272
<i>CAPÍTULO XV</i>	
ANTI JURIDICIDADE	274
1. Considerações gerais.....	274
2. Esclarecimentos terminológicos.....	275
(A) Antijuridicidade e ilicitude	275
(B) Antijuridicidade e injusto	275
(C) Antijuridicidade e antinormatividade	276
(D) Antijuridicidade e tipicidade conglobante	277
3. Aspectos formal e material da antijuridicidade.....	277
4. Causas de exclusão da antijuridicidade	278
4.1. O consentimento do ofendido	280
4.2. Demais causas supralegais no direito penal brasileiro.....	281
5. Elemento subjetivo das causas de justificação	282
6. Excesso nas causas justificantes.....	283
(A) Excesso doloso.....	283
(B) Excesso culposo	284
7. Estado de necessidade	284
(A) Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante.....	284
7.1. Requisitos objetivos do estado de necessidade	286
(A) Existência de perigo atual e inevitável	286
(B) Provocação involuntária do perigo	286
(C) Salvaguarda de direito próprio ou alheio (bem jurídico individual ou coletivo)....	287
D) Ausência de dever legal de enfrentar o perigo.....	287
7.2. Requisitos subjetivos do estado de necessidade.....	287
8. Legítima defesa	288
8.1. Requisitos objetivos da defesa legítima	288
(A) Agressão injusta	288
(B) Agressão atual ou iminente	289
(C) Tutela de direito próprio ou alheio	289
(D) Meio necessário e uso moderado	290
8.2. Requisitos subjetivos da legítima defesa.....	291
8.3. Espécies de legítima defesa	291
8.3.1. Legítima defesa real	291
8.3.2. Legítima defesa putativa	291
8.3.3. Legítima defesa sucessiva	291
8.3.4. Legítima defesa recíproca.....	292
8.4. Distinção entre legítima defesa e estado de necessidade.....	292

8.5. Legítima defesa da honra	292
9. Estrito cumprimento de dever legal	294
9.1. A questão do excesso por parte do funcionário público	294
9.2. Violência policial e estrito cumprimento do dever legal.....	294
10. Exercício regular de direito.....	295
10.1. Violência desportiva.....	295
10.2. Ofendículos.....	296

CAPÍTULO XVI

CULPABILIDADE	298
1. Considerações gerais.....	298
2. Culpabilidade como pressuposto da pena	300
3. Crise do conceito de culpa jurídico-penal.....	301
4. Evolução dogmática da culpabilidade	303
5. Elementos da culpabilidade	306
5.1. Imputabilidade	306
5.1.1. Doença mental	307
5.1.2. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	308
5.1.3. Imputabilidade diminuída ou semi-imputabilidade	309
5.1.4. Menoridade penal.....	309
5.2. Potencial conhecimento da antijuridicidade.....	311
5.3. Exigibilidade de conduta diversa	312
5.3.1. Coação moral irresistível.....	312
5.3.2. Obediência hierárquica.....	313
6. Emoção e paixão	314
7. Embriaguez	315
7.1. Espécies de embriaguez.....	318
7.1.1. Embriaguez fortuita ou acidental.....	318
7.1.2. Embriaguez voluntária ou culposa	319
7.1.3. Embriaguez preordenada	319
7.1.4. Embriaguez patológica.....	319
8. Estado de necessidade exculpante	320
9. Erro de proibição	320

CAPÍTULO XVII

TEORIA DO ERRO JURÍDICO-PENAL	321
1. Considerações gerais.....	321
2. Classificações do erro jurídico-penal.....	322
2.1. Erro invencível.....	322
2.2. Erro vencível.....	322

2.3. Erro essencial e erro acidental	323
3. Evolução dogmática da teoria do erro.....	323
3.1. Teoria extremada do dolo	323
3.2. Teoria limitada do dolo	324
3.3. Teoria extremada da culpabilidade	324
3.4. Teoria limitada da culpabilidade.....	325
3.5. Teoria dos elementos negativos do tipo	327
4. Erro de tipo.....	328
5. Erro de proibição	329
5.1. Ignorância da lei e ignorância da antijuridicidade.....	331
5.2. O dever de se informar	332
5.3. Espécies de erro de proibição	332
5.3.1. Erro de proibição direto.....	332
5.3.2. Erro mandamental.....	333
5.3.3. Erro de proibição indireto	333
5.4. Erro de proibição (ou erro de conhecimento) culturalmente condicionado	333
6. Discriminantes putativas	336
7. Erro sobre a pessoa	337
8. Erro sobre o objeto.....	338
9. Erro provocado por terceiro	338

CAPÍTULO XVIII

ETAPAS DE REALIZAÇÃO DO DELITO	340
1. Considerações gerais.....	340
2. Etapas de realização do delito	340
2.1. Cogitação	341
2.2. Atos preparatórios.....	342
2.3. Atos executórios.....	343
2.4. Consumação.....	343
2.5. O exaurimento do crime.....	344
3. Distinção entre atos preparatórios e executórios	345
3.1. Teorias subjetivas	345
3.1.1. Teoria do dolo	346
3.1.2. Teoria sintomática	346
3.2. Teorias objetivas.....	346
3.2.1. Teoria objetivo-material	346
3.2.2. Teoria objetivo-formal	347
3.2.3. Teoria objetivo-individual (teoria do plano do autor).....	347
3.2.4. Direito brasileiro	348
4. Natureza jurídica e requisitos da tentativa	349

5. Espécies de tentativa.....	350
6. Crimes que não admitem a tentativa	351
6.1. Crimes culposos.....	352
6.2. Crimes preterdolosos	352
6.3. Crimes omissivos próprios	352
6.4. Crimes unissubsistentes	353
6.5. Crimes habituais	354
6.6. Contravenções penais.....	354
7. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	354
7.1. Desistência voluntária	355
7.2. Arrependimento eficaz	356
7.3. Efeitos da desistência e do arrependimento	356
8. Arrependimento posterior	356
9. Crime impossível (tentativa inidônea)	358
9.1. Razões para a impunidade do crime impossível	359
9.2. Crime putativo	359
9.3. Flagrante esperado, flagrante provocado e flagrante forjado	360

CAPÍTULO XIX

CONCURSO DE PESSOAS	362
1. Considerações gerais.....	362
2. Teorias sobre o concurso de pessoas	363
2.1. Teoria pluralista	363
2.2. Teoria dualística ou da acessoriedade	363
2.3. Teoria monística ou unitária.....	364
3. Requisitos do concurso de pessoas.....	365
3.1. Pluralidade de indivíduos e de condutas.....	365
3.2. Relevância causal de cada conduta	365
3.3. Liame subjetivo entre os participantes.....	366
3.4. Identidade de infração penal	366
4. Teorias sobre autoria e participação	366
4.1. Teoria material-objetiva.....	367
4.2. Teoria subjetivo-material	368
4.3. Teoria formal-objetiva	369
4.4. Teoria da instigação-autoria.....	370
4.5. Teoria do domínio do fato	372
4.5.1. Domínio da ação	374
4.5.2. Domínio da vontade.....	374
4.5.3. Domínio funcional do fato	375
4.5.4. Domínio sobre a fonte de perigo	376

4.5.5. Domínio da organização ou dos aparatos organizados de poder.....	377
4.5.6. Domínio da organização e os delitos de infração de dever.....	379
5. Tipologia do concurso de pessoas.....	381
5.1. Autoria individual.....	381
5.2. Autoria mediata.....	381
5.3. Coautoria.....	382
5.4. Coautoria sucessiva.....	382
5.5. Coautoria mediata.....	383
5.6. Autoria colateral.....	383
5.7. Autoria incerta.....	384
5.8. Multidão criminosa.....	384
6. Teoria da participação.....	384
6.1. Participação moral.....	385
6.2. Participação material.....	386
6.3. Participação em cadeia.....	386
6.4. Requisitos da participação.....	386
6.5. A questão da acessoriedade da participação.....	387
6.6. A participação mediante ações neutras.....	388
7. Concurso de pessoas e crime culposos.....	390
8. Concurso de pessoas e crime omissivo.....	392
9. Participação de menor importância.....	393
10. Cooperação dolosamente distinta.....	394
11. Comunicabilidade das elementares do tipo.....	395
11.1. A questão da comunicabilidade no delito de infanticídio.....	397
12. Participação impunível.....	398

CAPÍTULO XX

TEORIA GERAL DA SANÇÃO PENAL.....	400
1. Considerações gerais.....	400
2. Conceito de pena.....	400
3. Princípios constitucionais e penas admitidas.....	400
4. Penas proibidas.....	401
(A) Penas de trabalho forçado, de banimento e cruéis.....	402
(B) Pena de morte.....	403
(C) Pena de caráter perpétuo.....	407

CAPÍTULO XXI

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	410
1. Considerações gerais.....	410
2. Origens da pena de prisão.....	410

3. Espécies de pena de prisão.....	413
3.1. Estabelecimentos penais.....	414
(A) Penitenciária.....	414
(B) Colônia agrícola, industrial ou similar	414
(C) Casa de albergado.....	414
(D) Cadeia pública	415
(E) Centro de observação.....	415
(F) Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	415
4. Regime prisional	415
4.1. Os regimes em espécie	416
4.2. Disciplina e o regime disciplinar diferenciado	417
4.3. Fixação do regime prisional.....	420
4.4. Progressão e regressão de regime.....	421
4.5. Progressão de regime para preso estrangeiro	424
5. Exame criminológico	425
6. Detração penal.....	426
7. Regulamentação geral do sistema penitenciário e os direitos dos presos	428
8. O trabalho prisional.....	429
9. Remição penal.....	430
10. Superveniência de doença mental.....	432
11. O monitoramento eletrônico	432
11.1. Origens e desenvolvimento do monitoramento eletrônico.....	433
11.2. Monitoramento eletrônico no brasil.....	435

CAPÍTULO XXII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	437
1. Considerações gerais.....	437
2. Características das penas alternativas no código penal.....	437
3. As gerações de penas restritivas de direitos.....	439
4. Requisitos para aplicação da pena restritiva de direitos	439
4.1. Requisitos objetivos	440
4.2. Requisitos subjetivos.....	441
5. Multa substitutiva	441
6. Espécies de penas restritivas de direitos.....	443
6.1. Pena de prestação pecuniária	443
6.1.1. Prestação pecuniária de outra natureza.....	444
6.2. Perda de bens e valores pertencentes ao condenado	445
6.3. Prestação de serviços à comunidade ou à entidade assistencial	446
6.4. Interdições temporárias de direitos.....	447

(A) Proibição do exercício de cargo, função pública ou mandato eletivo	448
(B) Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependa de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público	448
(C) Suspensão da autorização ou de habilitação para dirigir veículo	449
(D) Proibição de frequentar determinados lugares	449
(E) Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos.....	450
6.5. Limitação de fim de semana.....	450
7. Conversão de penas.....	451
8. Detração do tempo de cumprimento da pena alternativa.....	453
9. Penas restritivas de direitos para crimes hediondos. A polêmica com o tráfico de drogas.....	453

CAPÍTULO XXIII

PENA DE MULTA	456
1. Considerações gerais	456
2. Sistema dos dias-multa	457
3. Pagamento e execução da pena de multa	459
4. Competência para a execução da multa	460

CAPÍTULO XXIV

APLICAÇÃO DA PENA	463
1. Considerações gerais.....	463
2. Elementares e circunstâncias na aplicação da pena.....	465
3. Circunstâncias judiciais	467
3.1. Culpabilidade	469
3.2. Antecedentes.....	469
3.3. Conduta social.....	472
3.4. Personalidade do agente	472
3.5. Motivos do crime.....	473
3.6. Circunstâncias do crime.....	474
3.7. Consequências do crime	474
3.8. Comportamento da vítima.....	475
4. Circunstâncias legais agravantes e atenuantes	476
4.1. Reincidência	478
4.2. Demais circunstâncias agravantes.....	481
4.2.1. Agravantes do art. 61, do CP.....	482
(A) Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe.....	482
(B) Ter o agente cometido o crime para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.....	484
(C) Ter o agente cometido o crime à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido	484

(D) Ter o agente cometido o crime com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum	485
(E) Ter o agente cometido o crime contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	487
(F) Ter o agente cometido o crime com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica	487
(G) Ter o agente cometido o crime com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	489
(H) Ter o agente cometido o crime contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida	490
(I) Ter o agente cometido o crime quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade	491
(J) Ter o agente cometido o crime em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido	492
(K) Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada.....	492
4.2.2. Agravantes no caso de concurso de pessoas	493
(A) Ter o agente promovido, organizado a cooperação no crime ou dirigido a atividade dos demais agentes.....	493
(B) Ter o agente coagido ou induzido outrem à execução material do crime.....	494
(C) Ter o agente instigado ou determinado a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal	495
(D) Ter o agente executado o crime, ou nele participado, mediante paga ou promessa de recompensa.....	496
4.3. Das circunstâncias atenuantes	496
4.3.1. Atenuante em razão da idade	496
4.3.2. Demais circunstâncias atenuantes do art. 65.....	499
(A) Desconhecimento da lei.....	499
(B) Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor moral ou social	500
(C) Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano	501
(D) Ter o agente cometido o crime sob coação resistível, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima	503
(E) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime ...	504
(F) Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	507
4.3.3. Atenuante inominada	508
5. Concurso entre agravantes e atenuantes. Circunstâncias preponderantes	509
6. Causas de aumento ou de diminuição de pena	512

7. Tipos qualificados e tipos privilegiados	512
8. Aplicação da pena privativa de liberdade e método trifásico.....	513
8.1. Observações práticas sobre a aplicação da pena	514
(A) Fase primária: fixação da pena-base.....	514
(B) Fase secundária: fixação da pena provisória	516
(C) Fase terciária: fixação da pena definitiva.....	516
(D) Vedação do <i>bis in idem</i>	517
9. Aplicação da pena de multa.....	517
(A) Fixação da quantidade de dias-multa	517
(B) Fixação do valor de dias-multa	518
(C) Etapa facultativa: elevação ao triplo	519

CAPÍTULO XXV

CONCURSO DE CRIMES	520
1. Considerações gerais.....	520
2. Princípios reguladores do concurso de crimes.....	522
3. Concurso material.....	524
4. Concurso formal	525
4.1. Conceituação de desígnios autônomos	526
4.2. Desígnios autônomos e a questão do roubo contra vítimas distintas.....	527
5. Crime continuado.....	528
5.1. Teorias sobre o crime continuado.....	529
5.1.1. A noção de dolo continuado	531
5.2. Natureza jurídica do crime continuado	532
5.3. Requisitos do crime continuado.....	533
(A) Pluralidade de condutas.....	533
(B) Pluralidade de delitos da mesma espécie	533
(C) Homogeneidade das circunstâncias	534
5.4. Crime continuado contra bens pessoais de titularidades distintas	534
5.5. A questão da continuidade delitiva nos crimes sexuais.....	536
5.6. Crime continuado e concurso formal no mesmo caso concreto.....	537
6. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	538
7. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio delicti</i>)	539
8. Limite máximo do cumprimento de pena e súmula 715 do STF.....	540

CAPÍTULO XXVI

INSTITUTOS PENAIS NEGOCIAIS	542
1. Considerações gerais.....	542
2. Direito penal negocial.....	542
3. Infrações de menor potencial ofensivo.....	543

4. Transação penal.....	544
4.1. Requisitos para a transação penal	545
(A) Que se trate de infração de menor potencial ofensivo	546
(B) Que o autor da infração não tenha sido condenado, pela prática de crime, à pena de prisão, por sentença definitiva.....	546
(C) Que o agente não tenha sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos da Lei n. 9.099/1995.....	546
(D) Que os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, indicarem a necessidade e suficiência da adoção da medida.....	547
4.2. Período de prova da transação penal.....	547
4.3. Descumprimento injustificado e revogação	547
4.4. Cumprimento integral e extinção da punibilidade	549
5. Acordo de não persecução penal.....	549
5.1. Aplicação retroativa do anpp.....	551
6. Suspensão condicional do processo.....	552
6.1. Conceito de suspensão condicional do processo.....	554
(A) Que o crime tenha pena mínima igual ou inferior a um ano.....	554
(B) Que o acusado não esteja sendo processado por outro crime	555
(C) Que o acusado não tenha sido condenado por outro crime	555
(D) Que o acusado atenda aos requisitos do art. 77, do CP	556
6.2. Não formulação da proposta pelo Ministério Público.....	556
6.3. Cumprimento das condições e período de prova.....	557
(A) Condições legais.....	557
(1) Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo	557
(2) Proibição de frequentar determinados lugares	557
(3) Proibição de se ausentar da comarca onde reside, sem autorização do juiz	557
(4) Comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades	558
(B) Condições judiciais.....	558
(C) Período de prova	559
6.4. Descumprimento das condições e revogação do benefício.....	559
6.5. Cumprimento integral e extinção da punibilidade	561

CAPÍTULO XXVII

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	562
1. Considerações gerais.....	562
(A) Não exercício da acusação pública	562
(B) <i>Probation</i>	562
(C) <i>Sursis</i>	563
(D) Modelo brasileiro.....	563

2. Conceito de suspensão condicional da pena	564
3. Espécies de suspensão condicional da pena.....	565
(A) <i>Sursis</i> simples.....	565
(B) <i>Sursis</i> especial.....	565
(C) <i>Sursis</i> etário e humanitário.....	565
4. Pressupostos da suspensão condicional da pena	566
(A) Que a pena privativa de liberdade seja igual ou inferior a dois anos.....	566
(B) Que o condenado não seja reincidente em crime doloso	567
(C) Que as circunstâncias judiciais autorizem a concessão do benefício.....	567
(D) Que não seja indicada ou cabível a substituição por pena restritiva de direitos.....	568
5. Cumprimento das condições e período de prova	568
6. Descumprimento das condições e revogação do <i>sursis</i>	570
6.1. Causas de revogação obrigatória	570
6.2. Causas de revogação facultativa.....	571
7. Prorrogação do <i>sursis</i>	572
8. Cumprimento integral e extinção da punibilidade.....	573

CAPÍTULO XXVIII

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	574
1. Considerações gerais.....	574
2. Conceito e natureza jurídica do livramento condicional	576
3. Pressupostos do livramento condicional	577
(A) Que a pena privativa de liberdade seja igual ou superior a dois anos.....	578
(B) Que tenha cumprido mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes	578
(C) Que tenha cumprido mais da metade se for reincidente em crime doloso.....	580
(D) Que tenha cumprido mais de dois terços, se condenado por crime hediondo, prática de tortura, tráfico de drogas, tráfico de pessoas e terrorismo	581
(E) Que haja comprovação de bom comportamento durante a execução da pena; não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto.....	583
(F) Que tenha reparado o dano salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo	585
(G) Que o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, seja submetido a exame criminológico	585
4. Unificação de penas e livramento condicional	586
5. Cumprimento das condições e período de prova	587
6. Descumprimento das condições e revogação do benefício	587
(A) Revogação obrigatória.....	588
(1) Condenação irrecorrível por crime cometido durante o benefício	588

(2) Condenação irrecorrível por crime cometido antes do benefício.....	588
(B) Revogação facultativa.....	589
7. Suspensão do livramento condicional.....	590
8. Prorrogação do livramento condicional.....	590
9. Cumprimento integral e extinção da punibilidade.....	591

CAPÍTULO XXX

EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO	592
1. Considerações gerais.....	592
2. Efeitos secundários de natureza penal.....	592
3. Efeitos secundários de natureza extrapenal	593
3.1. A obrigação de reparar o dano.....	594
3.1.1. Ação civil <i>ex delicto</i>	595
3.2. Perda dos instrumentos e dos produtos do crime.....	597
3.2.1. Instrumentos do crime (<i>instrumenta sceleris</i>)	598
3.2.2. Produto do crime (<i>producta sceleris</i>)	598
3.3. Perda dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito	599
4. Efeitos específicos da condenação.....	600
4.1. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.....	600
4.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	603
4.3. Inabilitação para dirigir veículo utilizado em crime doloso.....	604
4.4. Inabilitação do empresário nos delitos falimentares.....	605
5. Reabilitação penal.....	605
6. Pressupostos para a reabilitação	607
6.1. Domicílio no país no prazo de dois anos.....	608
6.2. Demonstração efetiva e constante de bom comportamento público ou privado	608
6.3. Reparação do dano causado pelo crime ou comprovação da absoluta impossibilidade de o fazer, até a data do pedido, ou comprovação da renúncia expressa da vítima ou novação da dívida	608
7. Revogação da reabilitação.....	609

CAPÍTULO XXX

MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	610
1. Considerações gerais.....	610
2. Conceito e natureza jurídica das medidas de segurança.....	612
3. Sistemas do duplo binário e vicariante.....	613;
4. Diferenças entre pena e medida de segurança	615
5. Periculosidade como pressuposto da medida de segurança	615
6. Espécies de medidas de segurança.....

6.1. Internação em hospital psiquiátrico.....	616
6.2. Tratamento ambulatorial.....	616
6.3. Escolha da medida de segurança	616
7. Cumprimento da medida de segurança	617
8. Suspensão e extinção da medida de segurança	618
9. Limite máximo de cumprimento da medida de segurança	619
10. Conversão da pena em medida de segurança	621

CAPÍTULO XXXI

AÇÃO PENAL	622
1. Considerações gerais.....	622
2. Espécies de ação penal.....	624
3. Ação penal pública	626
3.1. Representação do ofendido e requisição do ministro da justiça.....	626
3.2. Retratação da representação	627
3.3. Ação penal nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.....	628
4. Ação penal privada	629
4.1. Ação penal exclusivamente privada.....	629
4.2. Ação penal privada subsidiária da pública	630
4.3. Ação penal privada personalíssima	631
5. Decadência do direito de queixa ou de representação	631
6. Renúncia ao direito de queixa	632
7. Perdão do ofendido	633
8. Extinção da punibilidade.....	634

CAPÍTULO XXXII

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	635
1. Considerações gerais.....	635
2. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	636
3. Classificação das causas de extinção da punibilidade.....	637
3.1. Causas extintivas da pretensão punitiva e da pretensão executória	637
3.2. Causas gerais e causas específicas	637
3.3. Causas comunicáveis e incommunicáveis	637
4. Das causas de extinção da punibilidade	638
4.1. Morte do agente	638
4.1.1. A questão da morte presumida.....	639
4.1.2. Extinção da punibilidade e certidão de óbito falsa.....	640
4.2. Anistia.....	641
4.3. Indulto e graça.....	643

4.3.1. Indulto e crimes hediondos.....	644
4.3.2. Comutação de pena.....	645
4.3.3. Indulto e separação de poderes.....	645
4.4. Abolição do crime.....	646
4.5. Prescrição, decadência e preempção	647
4.6. Renúncia ou perdão do ofendido.....	648
4.7. Retratação do agente.....	648
4.8. Perdão judicial.....	649
5. Extinção e suspensão da punibilidade nos crimes previdenciários e tributários.....	649
6. Acordo de leniência e pacto de colaboração premiada.....	650

CAPÍTULO XXXIII

PRESCRIÇÃO PENAL	652
1. Considerações gerais.....	652
2. Razões político-criminais para a prescrição. Pertencimento ao direito penal ou processual penal.....	654
2.1. Pacificação social.....	654
2.2. Punição ao estado por sua ineficácia.....	654
2.3. Regeneração do infrator.....	655
2.4. Natureza penal ou processual penal.....	655
3. Crimes que nunca prescrevem.....	656
4. Espécies de prescrição.....	658
4.1. Prescrição da pretensão punitiva.....	658
4.2. Prescrição da pretensão executória.....	659
4.3. Prescrição intercorrente.....	660
4.4. Prescrição retroativa e a lei n. 12.234/2010.....	661
4.5. Prescrição em perspectiva ou hipotética.....	663
4.6. Prescrição da pena de multa.....	664
4.7. Prescrição da medida de segurança.....	665
5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	666
6. Termo inicial da prescrição da pretensão executória.....	668
7. Causas impeditivas ou suspensivas do prazo prescricional.....	671
8. Interrupção do prazo prescricional	675
8.1. Recebimento da denúncia ou queixa.....	675
8.2. Sentença de pronúncia.....	677
8.3. Decisão confirmatória da pronúncia	677
8.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível.....	678
8.5. Início ou continuação do cumprimento de pena.....	680
8.6. Reincidência	680
9. Contagem do prazo prescricional.....	681